

SIGLAS E ABREVIATURAS .....	25
-----------------------------	----

## *Capítulo I*

A TEORIA DOS PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	29
1. Panorama histórico dos precedentes do STF: do império aos dias atuais.....	29
2. Precedentes obrigatórios do STF: <i>ratio decidendi</i> .....	32
2.1. Visão geral: precedentes obrigatórios e persuasivos.....	32
2.2. Repercussão geral no recurso extraordinário. Recursos extraordinários repetitivos .....	37
2.2.1. Equivalência entre repercussão geral e recursos extraordinários repetitivos.....	37
2.2.2. Significado, competência e procedimento da repercussão geral.....	38
2.2.3. Suspensão dos processos .....	40
2.2.4. Efeitos do julgamento.....	43
2.3. Ações de controle concentrado de constitucionalidade: abrangência.....	45
2.3.1. Mandado de injunção .....	46
2.3.2. Representação interventiva .....	50
2.4. Súmulas do STF em matéria constitucional .....	50
2.5. Decisões do Plenário do STF .....	52
2.6. IRDR e IAC .....	55
3. Eficácia transcendente dos motivos determinantes.....	58
4. Constitucionalidade e crítica do regime de precedentes obrigatórios .....	60
5. Aplicação, distinção e superação de precedentes.....	63
6. Eficácia temporal dos precedentes .....	69
7. Importância dos precedentes do stf em matéria trabalhista .....	72

## *Capítulo II*

DIREITO DO TRABALHO .....	75
1. Visão geral.....	75

1.1.	Introdução .....	75
1.2.	Breve enumeração dos principais julgados em matéria trabalhista .....	77
1.3.	A tentativa de remodelação do Direito do Trabalho pelo Supremo Tribunal Federal .....	79
1.4.	Resgate histórico da importância do Direito do Trabalho .....	85
1.5.	Uma defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho .....	93
2.	Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais .....	96
2.1.	Nexo técnico epidemiológico previdenciário (NTEP) .....	98
2.2.	Amianto .....	102
2.3.	Súmulas sobre acidente de trabalho .....	105
3.	Adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade .....	108
4.	Aposentadoria .....	114
4.1.	Aposentadoria espontânea e extinção do contrato de trabalho .....	115
4.2.	Servidores e empregados públicos .....	119
4.3.	Aposentadoria por invalidez .....	121
4.4.	Aposentadoria especial e extinção do contrato de trabalho .....	122
5.	Aviso prévio proporcional .....	125
6.	Competência legislativa (direito material) .....	128
6.1.	Competência privativa da União .....	128
6.2.	Competência concorrente: saúde e meio ambiente .....	131
7.	Contratos provisórios de trabalho (Lei nº 9.601/98) .....	133
8.	Danos morais .....	137
8.1.	Introdução .....	139
8.2.	Danos morais no Direito Civil .....	139
8.3.	Tarifação ou limitação da indenização na jurisprudência do STF .....	141
8.4.	Análise da constitucionalidade dos arts. 223-A a 223-G da CLT .....	143
9.	Direito ao esquecimento .....	148
10.	Direito do trabalho emergencial .....	152
10.1.	Suspensão de contrato, redução de salário e de jornada de trabalho sem a participação de entidades sindicais .....	152
10.2.	A prevalência genérica dos acordos individuais e a “flexibilização” de direitos fundamentais .....	156
10.3.	A questão da covid-19 como doença ocupacional .....	160
10.4.	Fiscalização do trabalho .....	164
10.5.	Teletrabalho, banco de horas e tempo à disposição .....	167
10.6.	Antecipação de férias e de feriados, e moratória quanto ao FGTS. Vedação ao retrocesso .....	169

10.7. Retroatividade.....	171
11. Discriminação .....	172
11.1. Igualdade e discriminação na perspectiva constitucional-trabalhista .....	173
11.2. Cotas raciais em concurso público e aplicabilidade na iniciativa privada.....	175
11.3. Tatuagens.....	178
11.4. Nacionalidade .....	179
11.5. Idoso .....	180
11.6. Deficiente.....	181
11.7. Antecedentes criminais .....	182
11.8. Mulher.....	185
12. Dispensa em massa (dispensa coletiva) .....	185
13. Duração do trabalho.....	188
13.1. Fundamentos e panorama da jurisprudência .....	189
13.2. A jornada 12 por 36.....	192
13.3. Exceções ao limite da duração do trabalho: art. 62 da CLT.....	196
13.4. Ampliação da jornada de trabalho.....	197
14. Eficácia da lei trabalhista no tempo.....	198
14.1. Precedentes sobre retroatividade em matéria civil .....	199
14.2. Remuneração de servidores públicos .....	202
14.3. Direito intertemporal em matéria trabalhista.....	203
14.4. Retroatividade de medidas emergenciais (covid-19) .....	206
15. Estabilidade e garantias provisórias de emprego.....	207
15.1. Proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.....	210
15.2. Dirigente sindical .....	215
15.3. Membro da CIPA.....	220
15.4. Gestante .....	221
15.5. Acidente de trabalho e doença ocupacional. Outras estabilidades .....	225
15.6. Empregado público.....	226
16. Estado de coisas inconstitucional.....	227
16.1. Significado do instituto e aplicação pelo STF .....	227
16.2. O estado de coisas inconstitucional em matéria trabalhista.....	229
17. Férias .....	234
18. FGTS.....	239
18.1. Vedação à tutela antecipada para saque de FGTS .....	241
18.2. Prescrição do FGTS .....	247

19. Gestão da empresa e participação nos lucros.....	254
19.1. Participação nos lucros ou resultados.....	254
19.2. Participação na gestão da empresa .....	257
20. Gratificação natalina.....	262
21. Greve.....	264
21.1. Greve: noções fundamentais.....	264
21.2. Greve abusiva, política e de solidariedade .....	270
21.3. Greve no serviço público.....	275
21.3.1. Regulamentação aplicável .....	275
21.3.2. Desconto dos salários .....	277
21.3.3. Inviabilidade de exercício do direito de greve para certas categorias .....	281
22. Irredutibilidade salarial.....	283
23. Liberdade profissional .....	288
24. Prescrição.....	296
24.1. Visão geral. Rurícola. Prescrição do fundo de direito. Prescrição inter- corrente .....	297
24.2. Prescrição do trabalhador portuário avulso.....	303
25. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho .....	306
25.1. Normas coletivas: noções fundamentais.....	308
25.2. Limites da negociação coletiva e a prevalência do negociado sobre o legislado .....	310
25.3. Negociação coletiva no setor público .....	320
25.4. Ultratividade das normas coletivas .....	324
26. Responsabilidade civil .....	327
26.1. Responsabilidade civil objetiva .....	328
26.2. Responsabilidade decorrente de dano ambiental.....	336
26.2.1. Análise da decisão do STF.....	336
26.2.2. Aplicabilidade do precedente no âmbito trabalhista.....	341
26.3. Responsabilidade por ato judiciário .....	345
26.4. Danos morais.....	347
27. Salário mínimo e piso salarial.....	348
27.1. Salário mínimo: insuficiência, recebimento de salário inferior e fixação por decreto. Servidor público, militares, tempo parcial e presidiário.....	349
27.2. Pisos salariais vinculados ao salário mínimo e vinculações ao salário mínimo para outros fins.....	355

27.3. Pisos salariais fixados por leis estaduais .....	361
28. Servidor público.....	362
28.1. Concurso público .....	365
28.1.1. Cláusula de barreira .....	365
28.1.2. Nomeação tardia.....	365
28.1.3. Desnecessidade de concurso: sistema S .....	367
28.1.4. Remarcação de teste físico: gestante .....	369
28.1.5. Candidato que responde a processo criminal e limite etário.....	369
28.1.6. Direito à nomeação.....	369
28.1.7. Contrato nulo .....	373
28.1.8. Data para atendimento dos requisitos .....	375
28.1.9. Escusa de consciência .....	377
28.2. Contratação temporária .....	378
28.3. Cumulação de cargos públicos.....	382
28.4. Responsabilidade civil do servidor público.....	384
28.5. Remuneração.....	385
28.5.1. Incorporação de abonos e aumento de vencimentos: isonomia .....	385
28.5.2. Revisão anual de vencimentos .....	386
28.5.3. Salário mínimo e equiparação remuneratória .....	389
28.5.4. Teto remuneratório .....	390
28.6. Cargo em comissão .....	391
28.7. Regime de pessoal e necessidade de concurso público para empresas estatais .....	393
28.8. Desvio de função.....	397
28.9. Despedida de empregado público: motivação e estabilidade .....	397
28.10. Conselhos de fiscalização profissional e OAB.....	402
29. Sindicato e contribuição sindical.....	404
29.1. Histórico do modelo sindical brasileiro.....	405
29.2. Unicidade sindical e representação por categoria: dissociação, desmembramento e paralelismo simétrico .....	408
29.3. Registro sindical.....	414
29.4. Contribuição sindical de servidores públicos .....	416
29.5. Fontes de custeio do sindicato e liberdade sindical .....	417
29.6. Conclusão: uma proposta para a implantação possível da liberdade sindical no Brasil .....	424

30. Terceirização .....	428
30.1. Terceirização: noções fundamentais e evolução histórica .....	430
30.2. Crítica à decisão da ADPF 324: terceirização de atividade-fim.....	433
30.3. Amplitude da decisão da ADPF 324. Terceirização ilegal no novo cenário jurisprudencial e legislativo: distinguishing.....	439
30.4. Terceirização na Administração Pública.....	442
30.4.1. A questão da responsabilidade subsidiária.....	442
30.4.2. Terceirização de serviços públicos por meio de organizações sociais.....	446
30.5. Terceirização de atividades inerentes e cláusula de reserva de plená- rio.....	449
30.6. A isonomia entre terceirizados e contratados diretamente pela toma- dora de serviços.....	449
30.7. Aspectos processuais decorrentes da posição do STF: ação rescisória e embargos à execução com eficácia rescisória.....	452
30.8. Leis 13.429 e 13.467/2017.....	454
31. Trabalhador avulso.....	455
32. Trabalho da mulher e maternidade .....	456
32.1. Considerações gerais.....	458
32.2. Salário-maternidade: limite e custeio.....	460
32.3. Licença adotante.....	461
32.4. Intervalo do art. 384 da CLT.....	463
32.5. Trabalho insalubre da gestante e da lactante.....	465
32.6. Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.....	467
32.7. Prorrogação da licença-maternidade: bebês prematuros e necessidade de internação da mãe ou do neonato.....	468
33. Trabalho do menor de idade .....	471
33.1. Nulidades no Direito do Trabalho: trabalho proibido.....	471
33.2. Elevação da idade mínima para o trabalho infantil.....	474
33.3. Competência para autorização do trabalho infantil .....	475
34. Transportador autônomo de cargas.....	475
35. Turno ininterrupto de revezamento.....	481
36. Uberização, pejetização e proteção contra a automação.....	486
36.1. Aspectos administrativos e concorrenciais .....	487
36.2. Aspectos trabalhistas da uberização.....	491
36.3. Pejetização .....	496

*Capítulo III*

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....	499
1. Ação rescisória .....	499
1.1. Depósito prévio .....	500
1.2. Tutela provisória em ação rescisória .....	504
1.3. Ação rescisória contra decisão homologatória de acordo.....	505
1.4. Alteração de jurisprudência após o trânsito em julgado .....	513
1.5. Declaração de inconstitucionalidade e ação rescisória.....	515
1.6. Pronunciamento explícito.....	516
1.7. Omissão no julgado rescindendo e erro de fato .....	518
2. Ações coletivas (substituição processual).....	520
2.1. Ações coletivas movidas por associações e por sindicatos: aproximações e diferenças .....	521
2.2. Controle de constitucionalidade em ações coletivas .....	527
2.3. Legitimidade da Defensoria Pública .....	529
2.4. Ação popular .....	531
2.5. Eficácia territorial da sentença .....	532
3. Advogado .....	537
3.1. Punição processual de advogados .....	538
3.2. Detectores de metais e revista pessoal .....	541
3.3. ADI 1105 e 1127 (Estatuto da OAB) .....	542
3.3.1. Indispensabilidade do advogado .....	542
3.3.2. Imunidade profissional: injúria, difamação e desacato.....	542
3.3.3. Inviolabilidade do escritório, de instrumentos de trabalho e de correspondência e comunicações.....	544
3.3.4. Prisão em sala de Estado-maior.....	545
3.3.5. Sustentação oral após voto do relator .....	546
3.4. Advogados públicos: honorários advocatícios .....	546
4. <i>Amicus curiae</i> .....	548
4.1. Noções gerais sobre o instituto .....	549
4.2. Interposição de recurso pelo <i>amicus curiae</i> nas ações de controle concentrado de constitucionalidade.....	552
5. Arbitragem.....	553
6. Coisa julgada .....	560
6.1. Relativização da coisa julgada.....	561

6.2.	Coisa julgada anterior e contrária ao texto da Constituição ou de emenda constitucional.....	563
6.3.	Ação de cumprimento e modificação de sentença normativa .....	566
6.4.	Coisa julgada e relações jurídicas continuativas.....	567
6.5.	Limites objetivos da coisa julgada.....	572
7.	Coisa julgada inconstitucional (embargos à execução com eficácia rescisória).....	573
8.	Comissão de conciliação prévia .....	577
9.	Competência jurisdicional.....	582
9.1.	Execução de contribuições previdenciárias .....	584
9.2.	Representante comercial .....	590
9.3.	Improbidade administrativa .....	594
9.4.	Servidores públicos.....	597
9.4.1.	Fase pré-contratual .....	597
9.4.2.	Contratação pela CLT e servidores estatutários. Dissídios de greve de servidores celetistas .....	599
9.4.3.	Ingresso sem concurso público anterior à CF/88.....	602
9.4.4.	Contratação temporária (CF, art. 37, IX) .....	603
9.4.5.	Transposição para o regime estatutário.....	605
9.5.	Cobrança de honorários .....	606
9.6.	Meio ambiente do trabalho, acidente de trabalho e aplicação do Direito Civil.....	607
9.7.	Litígios decorrentes do direito de greve.....	609
9.8.	Competência criminal e foro privilegiado.....	610
9.9.	Conflitos de competência .....	612
9.10.	Falência e recuperação judicial .....	614
9.10.1.	Cenário anterior à Lei 14.112/2020 .....	614
9.10.2.	Cenário posterior à Lei 14.112/2020.....	616
9.11.	Trabalho artístico infanto-juvenil.....	620
9.12.	Complementação de aposentadoria .....	622
9.13.	Contribuição sindical e representação sindical.....	626
10.	Competência legislativa.....	628
11.	Conselho Nacional de Justiça.....	635
11.1.	Criação do CNJ .....	637
11.2.	Análise da ADI 4638 - uniformização das normas sobre processos administrativos disciplinares contra magistrados.....	639

11.3. Limites à competência do CNJ: atos normativos e competência jurisdicional. As chamadas deliberações negativas.....	645
11.4. Competência disciplinar do CNJ e controle pelo STF .....	647
12. Despesas processuais e gratuidade de justiça.....	651
12.1. Gratuidade de justiça.....	651
12.2. Honorários advocatícios.....	653
12.2.1. Direito autônomo do advogado e coisa julgada.....	653
12.2.2. Vedação à condenação em honorários na Lei do FGTS.....	654
12.2.3. Honorários advocatícios nas hipóteses de sucumbência recíproca.....	655
12.2.3.1. Visão geral.....	655
12.2.3.2. Honorários advocatícios equitativos no caso de sucumbência recíproca.....	658
12.2.4. Honorários advocatícios recursais.....	662
13. Direito probatório.....	663
13.1. Gravação ambiental .....	663
14. Dissídio coletivo .....	665
14.1. Mútuo acordo para ajuizamento de dissídio coletivo e legitimidade do MPT.....	665
14.2. Intervenção estatal nos dissídios de greve: a incoerência jurisprudencial.....	669
14.3. Dissídio coletivo e pessoas jurídicas de direito público.....	673
14.4. Limites do poder normativo da Justiça do Trabalho.....	674
14.5. Coisa julgada e ação de cumprimento.....	676
14.6. Outras decisões sobre dissídios coletivos .....	678
15. Duplo grau de jurisdição.....	679
16. Execução.....	681
16.1. Impenhorabilidade de recursos públicos destinados à educação.....	682
16.2. Penhora do bem de família do fiador .....	686
16.3. Construção de verbas públicas em função de créditos titularizados pelo devedor trabalhista .....	687
16.4. Impenhorabilidade da pequena propriedade rural .....	689
17. Falência e recuperação judicial.....	691
17.1. Sucessão trabalhista na recuperação judicial .....	693
17.2. Limitação da preferência do crédito trabalhista na falência .....	697
17.3. Preterição e cessão de crédito de crédito trabalhista .....	699
18. Fazenda Pública em juízo .....	703

18.1. Parcelamento de precatórios e caracterização de preterição no pagamento .....	708
18.2. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	711
18.3. Direito intertemporal sobre precatórios.....	712
18.4. Execução de parte incontroversa por precatório ou por requisição de pequeno valor: critérios. Prazo para pagamento de RPV .....	714
18.5. Fracionamento de precatórios: litisconsórcio, honorários advocatícios e execução individual de sentença coletiva.....	716
18.6. Juros de mora e correção monetária. A modulação temporal do IPCA-E feita pelo STF. Precatário complementar.....	720
18.7. Pagamentos de valores feitos em virtude de procedência de mandado de segurança .....	727
18.8. Submissão de sociedades de economia mista e de empresas públicas ao regime de precatórios e RPV.....	728
18.9. Conselhos de fiscalização profissional e entidades paraestatais.....	730
18.10. Encampação de serviço público e penhoras anteriormente realizadas .....	731
18.11. Execução provisória e execução de obrigação de fazer .....	732
18.12. Valor mínimo de precatórios estaduais e municipais.....	734
18.13. Sequestro de verbas públicas e intervenção federal.....	735
18.14. Precatórios e vinculação de receitas.....	738
18.15. Regime especial: EC 62/2009 e compensação de créditos fazendários .....	739
18.16. Constrição de verbas públicas em função de créditos titularizados pelo devedor trabalhista .....	741
18.17. Prazo para embargos à execução .....	741
18.18. Correção de cálculos de precatórios e natureza da atuação do presidente do tribunal .....	742
19. Fundamentação da sentença.....	744
19.1. Fundamentação exauriente .....	745
19.2. Fundamentação per relationem.....	747
20. <i>Habeas data</i> .....	751
21. Imunidade de jurisdição .....	753
22. Juros de mora e correção monetária.....	759
22.1. A questão da TR e do IPCA-E e os juros moratórios.....	759
22.2. Aplicação imediata de novos critérios de cálculo .....	768
23. Legitimidade para ações de controle concentrado de constitucionalidade .....	770
23.1. Visão geral .....	771

23.2. Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional. A tendência jurisprudencial ampliadora da legitimidade.....	774
24. Magistratura .....	779
24.1. Exercício da atividade docente por magistrado: limitações.....	780
24.2. Dever de residir na comarca e necessidade de autorização para ausências.....	783
24.3. Remoção e promoção de magistrados .....	785
24.4. Inamovibilidade do juiz substituto.....	787
24.5. Identidade de remuneração - magistratura estadual e federal.....	790
24.6. Competência originária do STF.....	791
24.7. Exercício da advocacia - quarentena.....	792
24.8. Limite etário para ingresso na magistratura .....	794
24.9. Independência funcional de magistrados .....	795
25. Mandado de segurança.....	796
26. Ministério Público do Trabalho.....	801
26.1. Legitimidade para atuação no STF .....	802
26.2. Legitimidade para ação civil pública.....	805
26.2.1. Caracterização dos direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos .....	805
26.2.2. Atuação do Ministério Público na tutela de direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos .....	808
26.3. Conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público.....	811
26.4. Ação anulatória de normas coletivas.....	813
26.5. Quinto constitucional.....	815
26.6. Atuação contra improbidade administrativa.....	816
26.7. Promotor natural.....	819
27. Organização da justiça do trabalho .....	821
27.1. Quinto constitucional e composição dos tribunais trabalhistas.....	822
27.2. Controle jurisdicional da investidura no cargo de Desembargador do Trabalho.....	822
27.3. Formação da lista tríplice para nomeação de magistrados de carreira em tribunais e para a promoção de juízes: critérios .....	824
27.4. Punição de magistrados: prazo prescricional e competência do TST ....	827
27.5. Cargos de direção em tribunais.....	830
27.6. Convocação de juízes e composição de órgão colegiado .....	835
27.7. Atribuições dos oficiais de justiça .....	836
28. Prisão civil.....	837

29. Procedimento sumaríssimo .....	841
29.1. Citação por edital .....	841
29.2. Fundamentação do acórdão em recurso ordinário no procedimento sumaríssimo .....	842
30. Reclamação .....	842
30.1. Natureza jurídica da reclamação .....	843
30.2. Reclamação per saltum: reclamação ao STF contra decisões de juízes de primeiro grau e de tribunais regionais do trabalho .....	845
30.3. Reclamação por inobservância de súmula .....	849
30.4. Reclamação contra tutela provisória .....	850
30.5. Desnecessidade de juntada da decisão paradigmática .....	850
31. Recurso de revista .....	851
31.1. Inadmissibilidade de recurso extraordinário para reanálise dos requisitos de admissibilidade de recurso de revista .....	851
32. Recurso extraordinário e repercussão geral .....	858
32.1. Depósito recursal no recurso extraordinário .....	859
32.2. Recurso extraordinário prematuro .....	861
32.3. Intervenção de terceiro no recurso extraordinário .....	862
32.4. Omissão do acórdão recorrido e prequestionamento .....	863
32.5. Repercussão geral .....	864
32.5.1. Sobrestamento dos processos .....	864
32.5.2. Impossibilidade de desistência do recurso .....	865
32.5.3. Inexistência de mecanismo para controle dos tribunais <i>a quo</i> .....	866
32.5.4. Decisão do Plenário Virtual e rediscussão no Plenário Físico .....	869
33. Suspeição e impedimento .....	870
33.1. Controle concentrado de constitucionalidade: suspeição e impedi- mento .....	871
BIBLIOGRAFIA .....	873
ÍNDICE REMISSIVO .....	885